Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

no homem e no povo, como nossa potencialidade maior, e sinto que o desenvolvimento é uma atitude coletiva, que requer a mobilização total da opinião pública.»

«Usarei os instrumentos a meu alcance para o chamamento de todos à coesão, ao respeito à lei à produtividade, à união, à esperança. Usarei esses instrumentos para mobilizar a vontade coletiva para a obra do desenvolvimento nacional», dizia o Presidente, ainda no primeiro ano de seu Governo, na aula inaugural da Escola Superior de Guerra.

Já na passagem do ano de 1970 para 1971, sentia-se compreendido e recompensado: «E agradeço, na confiança de meu povo, o meu prêmio maior, não apenas no ano que hoje termina, senão em toda a minha vida, pedindo inspiração a Deus para que eu possa recebê-lo outra vez — e isso é tudo o que preciso pedir.»

Levados adiante, ao longo de todo o seu período governamental, reafirmam-se e renovam-se esses sentimentos nas palavras do quarto aniversário de sua gestão. O Presidente Emílio G. Médici sente que o homem brasileiro soube fazer justiça ao seu propósito de servi-lo, e lhe deu o prêmio da popularidade, entendida no seu legítimo e verdadeiro sentido de compreensão do povo: «Inúmeras são as razões que me assistem para considerar-me largamente recompensado pelas agruras do ofício, cujo desempenho me foi imposto. Entre essas razões nenhuma se iguala, entretanto, à do privilégio de haver achado, no povo brasileiro, compreensão, simpatia e apoio para todas as iniciativas que marcam este quadriênio de governo.»

A compreensão do povo — Presidente Médici

Presidente Médici

A compreensão do povo

Décimo e último livro de discursos do Presidente Emílio G. Médici, no tempo de seu Governo. «A Compreensão do Povo» encerra a série iniciada com «O Jogo da Verdade».

Aqui estão os pronunciamentos finais: a fala diante do Ministério reunido, a 30 de outubro de 1973, para a tomada de medidas administrativas; os improvisos de agradecimento do dia do seu aniversário e das festas de fim de ano; a tradicional mensagem à Nação no limiar de 1974; o discurso na nova sede da SUDENE; mensagem anual ao Congresso Nacional e as palavras de transmissão da faixa presidencial.

Governo de assinalados serviços ao País, de integração nacional e de abertura de novas fronteiras econômicas, de harmonia entre os impulsos do crescimento e os imperativos da justiça social, terá sido, talvez, o entendimento entre governantes e governados a sua característica principal: «A compreensão do povo».

Sem pretender conquistá-la, senão com o inalterável cumprimento do dever, o Presidente Emílio G. Médici, ao longo de todos os dias de seu período presidencial, teve o seu pensamento permanentemente voltado para «o homem que ninguém vê, sem face e sem história».

Em seu primeiro pronunciamento à Nação, a 7 de outubro de 1969, disse o Presidente Médici: «Insisto em afirmar que não acredito em nenhum plano de governo que não corresponda a um plano de ação nacional. Na marcha para o desenvolvimento, o povo não pode ser espectador. Tem de ser o protagonista principal.»

E reiterava no dia de sua posse «Homem do povo, creio

A compreensão do povo

Publicações Anteriores:

O JOGO DA VERDADE (3.ª edição)
NOVA CONSCIÊNCIA DE BRASIL (2.ª edição)
A VERDADEIRA PAZ (2.ª edição)
TAREFA DE TODOS NÓS (2.ª edição)
O POVO NÃO ESTÁ SÓ (2.ª edição)
NOSSO CAMINHO (2.ª edição)
O SINAL DO AMANHÃ (2.ª edição)
OS VÍNCULOS DA FRATERNIDADE
OS ANÔNIMOS CONSTRUTORES

Presidência da República
BIBLIOTECA

A compreensão do povo

Emílio Garrastazu Médici

Capa de FERDY CARNEIRO

A COMPREENSAO DO POVO

Antes de sua posse como Presidente da República, a 7 de outubro de 1969:

> *"Espero que cada brasileiro faça justiça aos meus sinceros propósitos de servi-lo. E confesso, lealmente, que gostaria que o meu governo viesse, afinal, a receber o prêmio da popularidade, entendida no seu legítimo e verdadeiro sentido de* compreensão do povo. *Mas não pretendo conquistá-la, senão com o inalterável cumprimento do dever."*

No transcurso do 4.º aniversário de seu governo, a 30 de outubro de 1973:

> *"Inúmeras são as razões que me assistem para considerar-me, no quarto aniversário do Terceiro Governo da Revolução, largamente compensado pelas agruras do ofício, cujo desempenho me foi imposto. Entre essas razões nenhuma se iguala, entretanto, à do privilégio de haver achado no* povo *brasileiro,* compreensão, *simpatia e apoio para todas as iniciativas que marcam este quadriênio de governo."*

AMPLIA e aperfeiçoa o poder público, com incansável diligência, a tutela às pretensões assistenciais da população brasileira. Particular relevo se atribui, nesse terreno, à assistência médica de que é credora a clientela previdenciária.

Esforço considerável se desenvolve, por isso, no sentido de que a assistência médica, devida aos segurados da Previdência Social, adquira maior amplitude e ganhe em qualidade, a fim de que se possa acudir, com maior eficiência, ao número sempre crescente dos intitulados a atendimento gratuito em ambulatórios e hospitais.

Participa desse esforço a instituição, por decreto que assinarei dentro em pouco, da assistência médica domiciliar e de socorro urgente aos segurados e beneficiários do Instituto Nacional de Previdência Social.

Esse serviço, a implantar-se em todo o território nacional, nas capitais dos Estados e nas cidades de maior concentração demográfica, proporcionará ao segurado acesso direto e imediato ao auxílio médico, que será, em casos urgentes, levado à sua residência pela entidade assistencial.

Encerrado, ou em vias de encerrar-se, para quase todos os povos, o ciclo da expansão territorial, já não é possível desviar a atenção dos problemas

concernentes à vulnerabilidade do ambiente em que vivemos e à limitação dos recursos naturais. A conservação do patrimônio físico tornou-se, dessa maneira, imperativo essencial, pois disso depende, senão a sobrevivência, ao menos o bem-estar da sociedade humana.

Providências de maior ou menor alcance e profundidade se esboçam, por isso, em escala quase universal, tanto no sentido de imprimir racionalidade e prudência à administração dos bens que a natureza nos oferece, como no de criar consciência ecológica, que se oponha à dilapidação, quer da terra, quer da água, quer do ar.

Está o nosso país entre os poucos para os quais não chegou ao fim a era da expansão territorial. Encontramo-nos ainda em pleno e animoso processo de incorporação de vastas porções de nosso território ao patrimônio útil da família nacional.

Não quer isso dizer, porém, que a responsabilidade das gerações atuais, quanto aos deveres conservacionistas, se ache diluída: não somente são notórios os problemas dessa natureza em importantes setores de atividade, como ainda nos cabe o encargo de resguardar as gerações futuras dos malefícios acarretados pela utilização desordenada e predatória das riquezas naturais.

Variado é o conjunto de normas que, em nosso direito, já dispõem quanto ao uso do potencial de água, solo, subsolo, fauna e ar, achando-se, porém, a competência para executar esses princípios legais distribuída, fragmentariamente, a diferentes agências administrativas. Convém, pois, se centralize a autoridade para orientar, em caráter geral, a política de preservação do meio ambiente, bem como para

elaborar normas aplicáveis à utilização de recursos naturais, a fim de que essa atividade se concilie com o interesse coletivo.

Importa, igualmente, se intensifique, nesse campo, a ação do poder público, imprimindo-se unidade ao trabalho partilhado entre os órgãos federais que se acham prepostos à execução dessa política e conjugando-se essa tarefa com a desenvolvida por órgãos estaduais e municipais.

Imprescindível se torna atribuir, ainda, particular relevo à proteção dos nossos recursos hídricos, para que se impeça, com a maior energia, sejam eles irremediável e desastrosamente poluídos.

Para cumprimento desses objetivos será criada aqui e agora, como órgão integrante do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente.

Incumbirá a esse órgão federal velar por que o crescimento econômico se faça sem prejuízo da qualidade de vida da nossa população, tocando-lhe harmonizar a criação de riqueza com a preservação dos elementos físicos indispensáveis ao bem-estar e ao progresso da sociedade brasileira.

Apoio maciço e efetivo recebe, constantemente, a atividade rural, registrando-se, em razão disso, nesse fundamental setor da nossa economia, aumento sem precedentes, assim da produção, como da produtividade. Extenso é o rol dos meios empregados para proteção e estímulo do trabalho agrícola, avultando, entre eles, os representados pela política de preços mínimos, pela política fiscal, pela política creditícia, pela política cambial, sem falar nos programas diretos lançados nas áreas de infra-estrutura, de pesquisa, de assistência técnica e de auxílio ao homem do campo.

A política de preços mínimos, que visa garantir a renda rural, eleva, gradativamente, os preços a níveis justos, alarga o número de produtos abrangidos por esse sistema de garantia e assegura o funcionamento eficiente e efetivo desse esquema de amparo ao produtor.

A política fiscal obedece ao propósito de reduzir a carga tributária sobre a produção rural, manifestando-se, de maneira categórica, o cumprimento desse objetivo na virtual extinção do imposto sobre produtos industrializados e na conseqüente redução do imposto de circulação de mercadorias sobre os produtos agropecuários que sofrem transformação industrial. Nessa política se compreende também redução drástica do imposto de renda sobre as atividades agrícolas, relativamente às quais se permite hoje dedução elevada do imposto devido, para investimento na empresa rural.

A política creditícia confere a mais alta prioridade ao financiamento agrícola, alcançando o crédito rural o mais elevado índice de expansão e flexibilidade dentro do orçamento monetário nacional. Não é demais afirmar que a expansão do crédito só encontra limite, hoje, na capacidade produtiva do agricultor.

A política cambial, pelo seu processo de ajustamentos gradativos, permite que a produção agrícola acompanhe, no tocante aos preços, as variações registradas no mercado internacional. Estendem-se ao homem do campo, por meio dessa política, os proveitos e os estímulos resultantes do aumento verificado na procura externa dos produtos agrícolas, incentivando-se, dessa maneira, o aproveitamento crescente do potencial agropecuário.

Mediante programas especiais de grande envergadura, direta ou indiretamente ligados ao desenvolvimento agrícola, contribui o Governo para a dilatação das fronteiras agropecuárias e para o imprescindível fortalecimento da economia rural. Por obra dessa estratégia administrativa, alcança o volume da produção rural níveis sem precedentes, adquirem as exportações relevo considerável em nosso comércio exterior e revestem os preços feição firmemente compensadora.

Na administração dessa vigorosa política, não esqueceu o poder público o trabalhador rural, a quem levou a assistência social a que fazia jus. Pela primeira vez em nossa história, passou o homem do campo a gozar, por via do PRORURAL, da aposentadoria, da pensão e dos serviços de saúde.

Apesar do poderoso amparo dispensado à atividade rural por esse complexo de medidas, ainda se acha o produtor desprotegido contra os efeitos das calamidades naturais, de caráter cíclico e inevitável, impendentes sobre lavouras e rebanhos.

Não acode a esses infortúnios o seguro de crédito, previsto na legislação vigente, visto como, por intermédio dele, se protege mais a instituição financeira, ou mutuante, do que o produtor, ou mutuário, cuja responsabilidade não é elidida pelo fato da indenização. Caberia o suprimento dessa deficiência ao seguro rural que, entretanto, na sua experiência inicial, não logrou êxito, ao menos no que diz respeito à tentativa da União para implantá-lo em todo o território nacional.

O malogro dessa experiência não significa, todavia, que esse tipo de seguro, em escala nacional, mudadas as circunstâncias, seja irremediavelmente

inviável, nem que se não possa, enquanto não definido novo sistema para esse tipo de seguro, lançar, de imediato, plano que objetive prestar ao produtor rural a assistência de que necessita, quando a adversidade da natureza o castigue no seu empreendimento agrícola ou pecuário.

Possui esse objetivo o projeto de lei que hoje encaminho à consideração do Egrégio Congresso Nacional. Propõe-se, nesse documento, a instituição de Programa de Garantia da Atividade Agropecuária — PROAGRO. Por esse programa o produtor rural será exonerado, na forma que for estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, de obrigações financeiras relativas a operações de crédito, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos e plantações.

Original na concepção e simples nas linhas estruturais, o PROAGRO atende a justa e antiga aspiração dos que se dedicam ao duro trabalho do campo, assegurando-lhes, sem gravame sensível, a merecida tranqüilidade. Pode até prever-se que o adicional à taxa de juros, criado para custeio dessa medida assistencial, virá a ser compensado, permitindo a conjuntura financeira, pela redução do interesse bancário sobre o financiamento.

Quadra o plano agora lançado com a ação ordenada e pertinaz que se desenvolve para fortalecimento da nossa estrutura agrária, podendo ele reputar-se, destarte, como desdobramento necessário e oportuno da política intransigentemente seguida, neste particular, pelo Governo Federal.

Sobrevém esse projeto quando se exaspera, em todo o mundo, a ansiedade provocada pela escassez

de alimentos e quando a elevação registrada nos preços das utilidades alimentícias entra a constituir fenômeno universal.

A esse fato econômico, de repercussão inevitável no equilíbrio do mercado, junta-se a desvalorização do dólar, soma-se a substituição da moeda-reserva por estoques especulativos de matérias-primas, acrescenta-se o colapso das colheitas em áreas de suma importância, adiciona-se a guerra no Oriente Médio, incorpora-se a exacerbação do confronto político-militar entre superpotências, acresce a duplicação do preço do óleo importado.

Concorre tudo isso para suscitar novos, inesperados e difíceis obstáculos à consecução dos objetivos estabelecidos quanto ao controle de preços, obstáculos que estão sendo enfrentados, porém, com firmeza e espírito público.

Para absorver, nos seus altos níveis, a inflação exterior que temos de importar, recorre-se ora à valorização do cruzeiro, ora à redução da carga tributária, ora à manipulação tarifária, conseguindo-se, graças a essas medidas, resultados positivos, que estimulam o prosseguimento da áspera batalha em defesa da economia popular.

As dificuldades surgidas, conquanto de grande porte, não farão esmorecer o combate em que estamos empenhados. Não serão toleradas, como parte desse combate, as manobras daqueles que, forçando lucros imoderados, atentam contra o interesse social. Fiquem certos os que persistirem no intento de se valerem de situações conjunturais para se locupletarem, egoisticamente, à custa do bem-estar dos brasileiros, de que suas maquinações especuladoras serão exemplarmente reprimidas.

A ordem revolucionária protege, com exclusividade, o interesse coletivo, opondo-se ao império de ambições, que contrariem o bem comum. A especulação de alguns, por mais poderosos que sejam os grupos a que pertençam, acabará por ser sufocada em benefício do interesse de todos.

Guardaram sempre os Governos da Revolução a consciência de que o nosso tempo é um tempo de crise, crise universal, crise para cuja superação é mister mobilizar todas as reservas de imaginação, de energia criadora e de espírito inovativo. Souberam sempre os responsáveis pela ordem política instaurada em março de 1964 que se impunha assumir nova atitude em face dos problemas nacionais, a fim de modernizar o País e colocá-lo no caminho de sua vocação histórica.

Mudanças radicais se promoveram, desde logo, para esse fim, sobressaindo as consistentes na modificação dos hábitos mentais e nos processos de ação governamental.

Com racionalidade e pragmatismo se forjaram soluções próprias para os nossos problemas, assim na área administrativa como na ordem econômica, assim no campo social como no plano político.

Com o apoio das forças vivas da Nação se incrementou a criação de riqueza, a ponto de se atingirem, em termos produtivistas, índices que nos colocam em pé de igualdade com os povos mais prósperos do mundo. Jamais se considerou o produtivismo, entretanto, bem em si mesmo, nem se atribuiu, na administração dos interesses nacionais, preeminência ao quantitativo como tal. Nas preocupações governamentais coube o primado, invariavelmente, à melhoria da qualidade de vida, ao

desenvolvimento da ilimitada capacidade latente no homem comum e nas populações menos favorecidas pela civilização.

Fomentou-se o estabelecimento de relações sociais mais justas, bem como de relações humanas mais solidárias e fraternas.

Restaurou-se, no exercício do poder público, a impessoalidade e o senso do dever que lhe são impreteríveis, para convertê-lo, estrita e unicamente, em órgão do interesse coletivo.

A eficiência impressa à atividade governamental, como agente de reforma das estruturas sociais e dos estilos de comportamento, bem como a eficácia por ela revelada em executar os seus inúmeros planos e programas administrativos, estão entre os fatores que mais contribuíram para a confiança do País nos responsáveis pela realização dos ideais revolucionários.

Desses ideais não se afastou a atual administração, no seu porfiado trabalho, não tendo conhecido o Chefe do Governo e seus Ministros nem asperezas, nem fadiga, nem desânimo no cumprimento dos deveres de seus cargos.

Inúmeras são as razões que me assistem para considerar-me, no quarto aniversário do Terceiro Governo da Revolução, largamente compensado pelas agruras do ofício, cujo desempenho me foi imposto. Entre essas razões nenhuma se iguala, entretanto, à do privilégio de haver achado no povo brasileiro compreensão, simpatia e apoio para todas as iniciativas que marcam este quadriênio de governo.

Pronunciamento do Presidente MÉDICI perante o Ministério reunido no Palácio do Planalto e divulgado através de rede nacional de rádio e de televisão, no transcurso do 4.º aniversário de seu governo, a 30 de outubro de 1973.

UM BRASIL DIFERENTE

"Nesse período, como Chefe do Terceiro Governo da Revolução de Março de 1964, vejo, quase a seu término, um Brasil diferente."

SENHORES Ministros, meus companheiros e amigos:

Esta homenagem, a quinta que se repete neste salão, neste mesmo dia, seguramente nesta mesma hora e com os mesmos participantes, marca, em meu entendimento, os quatro anos mais fecundos e felizes de minha vida de homem público.

Nesse período, como Chefe do terceiro Governo da Revolução de Março de 1964, vejo, quase a seu término, um Brasil diferente: sua imagem no exterior quase de volta à normalidade; suas reservas no exterior aumentam; suas exportações atingem níveis nunca até agora alcançados. Internamente, o povo está feliz; politicamente, o Partido da Revolução cresce a cada dia; a segurança e a paz seguem o dístico da Bandeira Nacional — Ordem e Progresso. O povo confia no destino de sua terra.

Por isso, este é um dia feliz para mim, e, sendo feliz, é dia de agradecer. Começo, agradecendo ao Senhor, por ter-me permitido ver tudo o que vejo e sentir tudo o que sinto. Agradeço os cumprimentos que recebo de todos aqueles que trabalham na Presidência, ao coral do SESI — que vem se apresentando em todas as cerimônias aqui — aos meus colaboradores, aos meus assessores diretos, aos três Ministros — os Chefes dos Gabinetes Civil e Militar e do SNI — pela colaboração que me têm prestado. Recebo deles assistência diária; e muito tenho obtido

em colaboração, carinho, eficiência e, sobretudo, em lealdade. Sem isso, seria muito difícil cumprir esta tarefa que o destino me atribuiu.

Para ser breve, repito: é tempo de dar graças. Muito obrigado, Senhor; muito obrigado, meus colaboradores.

Improviso do Presidente MÉDICI, ao agradecer homenagem pelo seu aniversário natalício, e a saudação do General João Batista Figueiredo, Chefe do Gabinete Militar, no Palácio do Planalto, dia 4 de dezembro de 1973.

A HISTÓRIA VAI DIZER

"É o último Natal em que estaremos reunidos. Não sei se a soma dos acertos foi superior à soma dos erros: isso a História vai dizer."

SENHORES Ministros, Sr. Consultor-Geral da República, minhas senhoras, meus senhores, meus camaradas:

Além da alegria, sempre renovada das festas natalinas; além dessa reunião que já se tornou uma rotina, sempre abrilhantada pelo coral do SESI; além das palavras amigas do General Fontoura, amizade que vem sendo cultivada há algumas décadas, este Natal tem ainda para mim, e acredito que para todos os senhores, significação toda especial. Toda especial porque, por certo, talvez seja esta a última reunião natalina de todos aqueles que trabalham neste Palácio do Planalto e nos seus órgãos de assessoramento, SNI e Conselho de Segurança Nacional.

É o último Natal em que estaremos reunidos. Não sei se a soma dos acertos foi superior à soma dos erros: isso a História vai dizer. Mas uma coisa é certa: quando eu vos convoquei para partilharem da direção da Nação, auxiliando o Presidente da República, tive em mente apenas escolher os melhores; não levei em consideração amizade nem inimizade. Decorridos quatro anos de governo, quero dizer de público que não tive nenhum arrependimento. Todos os que trabalham neste Palácio, como eu, se entregaram por inteiro ao serviço da Pátria.

Este é o julgamento certo: entregamo-nos todos, por inteiro, ao serviço da Pátria. Depois deste Natal, que é o último, porque depois dele muitos voltarão aos seus afazeres normais; poucos, e entre estes poucos eu, nos recolheremos ao recesso do lar.

Diante do que foi feito, podemos dizer altaneiros, de cabeça erguida: dever cumprido.

Esse dever cumprido nos leva a agradecer a todos aqueles que conosco trabalharam. Que os Natais futuros sejam muito felizes para todos aqueles que aqui estão. Faço, portanto, os meus sinceros votos de que não só este Natal, que se aproxima, mas também o Ano Novo, tragam felicidade, não só para nós, que aqui estamos, mas para os futuros brasileiros que aqui virão trabalhar, para o bem deste imenso, grande e poderoso país. Felicidades a todos.

Improviso do Presidente MÉDICI, ao agradecer os cumprimentos de Natal e Ano Novo e a saudação do General Carlos Alberto da Fontoura, Chefe do SNI, no Palácio do Planalto, dia 21 de dezembro de 1973.

SOLIDARIEDADE DE INTERESSES

"Mas cumpre ter em conta, por igual, que a solidariedade de interesses entre as nações nunca foi maior do que em nossos dias. Tudo leva a crer, por conseguinte, que a humanidade, hoje investida, como tem sido assinalado, de poder quase discricionário sobre a sua história, encontrará, para os seus problemas, soluções racionais e equitativas, que favoreçam, no seu conjunto, a comunidade internacional."

ESSENCIALMENTE política, no mais alto e mais amplo sentido, a decisão histórica de 1964, imposta pela vontade irresistível do povo brasileiro, continua a encontrar no consenso popular o título da sua incontrastável legitimidade. Esse consenso se reitera, a cada passo, de forma inequívoca, nos comícios eleitorais convocados regularmente, nos prazos estabelecidos por lei, em obediência aos postulados democráticos e representativos do regime.

Os êxitos colhidos, desde o primeiro momento, nas contendas eleitorais, pelas forças agrupadas em torno dos ideais revolucionários, se acentuaram sensivelmente no decurso dos últimos quatro anos. Em todos os planos, quer no municipal, quer no estadual, quer no federal, ganhou terreno, em termos globais, a ocupação, em pleito livre e democrático, pela agremiação situacionista, dos postos de comando político e administrativo.

Tanto no que se refere ao número de Prefeituras, como no que diz respeito ao número de vereadores, a maioria conquistada, nas eleições de 1972, pelas hostes arenistas, manteve e consolidou, em proporções consideráveis, as bases de sustentação política da ordem revolucionária. Nas Assembléias Legislativas, aumentou, também, em números relativos, o predomínio governamental, em razão do crescimento verificado no eleitorado, que se inclinou

para a legenda arenista. Fenômeno semelhante se registrou quanto à Câmara dos Deputados, onde, ainda em termos relativos, cresceu, igualmente, a representação do partido oficial.

Nada exprime tão bem, no entanto, as proporções do apoio eleitoral à ordem política em vigor e bem assim às realizações governamentais, como o pronunciamento das urnas, em 1970, no tocante à renovação, por dois terços, dos representantes dos Estados no Senado Federal. Enquanto o Partido da Revolução obtinha, nesse confronto político, nada menos de quarenta cadeiras, alcançava o seu adversário somente seis cadeiras, assegurando, desse modo, no Senado da República, sólida maioria, durante pelo menos duas legislaturas, ou seja, até as eleições de 1978.

Para esse conjunto de vitórias concorreu, em alto grau, o dinamismo e o devotamento da classe política, que se desincumbiu fielmente, com unidade e disciplina, dos seus deveres de liderança, quer pela propagação dos ideais revolucionários, quer pelo esclarecimento da opinião pública quanto à maneira prática e eficiente pela qual o interesse coletivo está sendo tutelado pelo Governo.

Dentro desse panorama político, em cujos lineamentos sobressai ainda a coesão indestrutível das demais forças sociais, identificadas com os objetivos do regime, iniciou-se, no decurso do ano que chega hoje ao seu término, o processo da sucessão presidencial.

Conduzidas com impessoalidade e espírito público, as gestões sucessórias se desenvolveram em clima de perfeita compreensão e entendimento, levando, sem qualquer discrepância, à indicação de candidato que se impôs à aceitação comum, seja

pelos singulares e notórios predicados pessoais, seja pela excepcional capacidade revelada nas missões desempenhadas a serviço do País. A dimensão do aplauso do setor político à candidatura do General Ernesto Geisel a Presidente da República é dada, não só pela circunstância de haver sido o seu nome sufragado, juntamente com o de seu companheiro de chapa, General Adalberto Pereira dos Santos, pela unanimidade dos integrantes da Convenção Nacional da ARENA, como também pelo fato de não se haver registrado, dentre os membros desse colégio partidário, uma só abstenção ou voto em branco.

Com observância pontual e rigorosa dos preceitos constitucionais, segue o seu curso, em atmosfera da mais completa tranqüilidade social e política, o processo sucessório, devendo o Colégio Eleitoral, no próximo dia 15 de janeiro, escolher o novo Presidente da República, bem como o Vice-Presidente com ele registrado.

Está em vias de cumprir-se, pois, integralmente, o compromisso assumido comigo mesmo, ao ser investido na Chefia do Governo, de exercer essa alta magistratura de maneira que me permitisse transmitir, ao termo do mandato, sem crise de qualquer espécie, o cargo de Presidente da República a quem, na forma da Constituição, adquirisse título para nele ser empossado.

Ano marcadamente político, ano em que se pôs à prova a solidez incomovível das nossas instituições, ano em que se demonstrou, mais uma vez, a completa harmonia entre o supremo comando político e os comandos partidários, o ano que hoje se encerra não destoa dos anteriores quanto à amplitude e ao ritmo das atividades governamentais,

notadamente no que entende com a promoção do desenvolvimento econômico e social.

Continuou a economia brasileira, em face disso, a desenvolver-se aceleradamente, superando o acréscimo do produto interno bruto os índices, já extremamente favoráveis, registrados nos últimos cinco anos, para atingir, agora, em 1973, segundo estimativa preliminar que acaba de me ser fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, a taxa de onze e quatro décimos por cento. Registra o Brasil, por conseguinte, no qüinqüênio que ora se encerra, o excepcional crescimento de sessenta e três por cento em seu produto interno bruto, colocando-se, por essa forma, ao lado dos países que conseguiram, na ordem econômica, o crescimento mais rápido que a história moderna conhece.

Realiza-se, desse modo, em toda a sua plenitude, até acima das previsões, o objetivo fundamental da política econômico-financeira, qual o de manter e incrementar o processo de desenvolvimento da economia nacional, iniciado em 1964.

Constituiu a política fiscal, em 1973, importante instrumento de ação, utilizado no sentido de acelerar o desenvolvimento econômico, de reduzir gradativamente o surto inflacionário e de melhorar a distribuição da renda nacional.

Na execução financeira, obedeceu-se, rigorosamente, à política de equilíbrio, em conseqüência da qual se assinala, ao final do exercício, pela primeira vez nos últimos vinte anos, superavit de caixa próximo dos trezentos milhões de cruzeiros. A influência anti-inflacionária exercida pelo relativo equilíbrio alcançado, nos últimos anos, na execução financeira, acaba, pois, de fortalecer-se, ainda mais,

pela superação do regime deficitário, que por tantos anos tornou o Tesouro Nacional agente principal da inflação.

Atualmente, a elevada captação de recursos por meio da colocação de títulos públicos federais transforma o Tesouro, pelo contrário, em importante supridor de fundos às autoridades monetárias, concorrendo, assim, para a política de estabilidade financeira e para o custeio de inúmeros projetos de relevante interesse para a economia nacional.

Além de aumentar os gastos com investimentos, mediante recursos provindos da poupança imposta a outros setores, carreou o Governo significativa parcela de verbas orçamentárias para programas especiais de integração regional. Cerca de dois bilhões trezentos e sessenta e oito milhões de cruzeiros se destinaram ao Programa de Integração Nacional, ao PROTERRA, ao PRODOESTE e ao PROVALE, sem falar nas primeiras inversões realizadas na execução do projeto «Corredores de Exportação».

Resultados positivos estão sendo apurados, nas avaliações preliminares do balanço de pagamentos, a respeito da política cambial e do comércio exterior, em razão da qual tem sido possível utilizar as relações econômicas internacionais como instrumento de apoio ao crescimento econômico do País. Com um montante de exportações de aproximadamente seis bilhões e cem milhões de dólares, superior cerca de cinqüenta e três por cento ao nível registrado no ano passado, e com um volume de importações de cinco bilhões e novecentos milhões de dólares, trinta e nove por cento acima do verificado em 1972, o comércio exterior do Brasil alcançou, em 1973, nas duas direções, a cifra jamais registrada de doze bilhões de dólares.

No seu conjunto, o balanço de pagamentos encerrou-se, no exercício, com um superavit de dois bilhões e cem milhões de dólares. As nossas reservas internacionais subiram, diante disso, de quatro bilhões cento e oitenta e três milhões de dólares, em 31 de dezembro de 1972, para seis bilhões e trezentos milhões de dólares no final de 1973, passando o Brasil a figurar entre os países que, no mês de outubro último, ostentavam maior nível de reservas no mundo.

A adoção de providências oportunas e convenientes na esfera fiscal, monetária e cambial, o estabelecimento de crédito seletivo e de preços mínimos, a ordenação da política salarial, tudo isso conjugado harmoniosamente, permitiu, como já se disse, não só acelerar o desenvolvimento econômico e fortalecer o balanço de pagamento, como, também, exercer rigoroso controle sobre o processo inflacionário, a despeito da enorme pressão altista proveniente dos mercados internacionais.

Segundo estimativas da Fundação Getúlio Vargas, a inflação brasileira, em 1973, deverá situar-se em torno de quinze e cinco décimos por cento, no concernente ao índice de preços por atacado, disponibilidade interna, e de treze e sete décimos por cento, no tocante ao custo de vida na Guanabara. Superam esses índices, ligeiramente, os previstos no início do ano para o corrente exercício, índices que seriam, no entanto, seguramente atingidos, não fosse o reflexo inevitável da inflação importada sobre os preços internos.

Perante a conjuntura internacional, cumpre destacar, porém, como fato singular, que o nosso país conseguiu manter a inflação sob controle, a ponto de imprimir-lhe até ritmo decrescente, ao passo que

a maioria das nações, ainda as mais industrializadas, experimenta os efeitos perturbadores da escalada inflacionária.

Importa realçar, por outro lado, que, no Brasil, se verificou notável crescimento do produto nacional, quando, em geral, os demais países estão a braços com o declínio da expansão de sua atividade econômica.

Não obstante os efeitos da crise monetária internacional, que intranqüiliza todas as nações, desenvolvidas ou em desenvolvimento, logrou, portanto, o nosso país manter e acelerar o desenvolvimento econômico e social, bem como fortalecer o balanço de pagamentos e dominar as pressões inflacionárias.

O substancial aumento acusado pelos preços dos combustíveis, dos gêneros alimentícios e das matérias-primas básicas certamente ocasionou e continua a ocasionar dificuldades consideráveis. Os resultados obtidos quanto às exportações, em 1973, mostram, no entanto, que é possível encontrar compensação, ao menos parcial, para aquele fenômeno altista, na elevação também dos preços pelos quais a maioria dos nossos produtos é exportada. O equilíbrio das relações econômicas, no plano doméstico, será favorecido, ainda, de outra parte, pelo robustecimento do mercado interno, pela expansão da nossa capacidade industrial, pelo acréscimo na produção de bens de consumo, pela acumulação de bens de capital e de reservas cambiais, assim como pela dilatação das nossas fronteiras econômicas, que hoje atingem regiões somente agora em vias de se integrarem no mercado nacional.

Numa época, entretanto, de transição e mudança, qual a nossa, numa época em que se acentua

a interdependência entre as nações, numa época em que nenhum país, tal como nenhum homem, é uma ilha, cumpre ter presente a eventualidade da superveniência de fatores externos, que podem, tal seja a sua natureza, conturbar, de modo mais ou menos sensível, o quadro da nossa situação econômico-financeira.

Mas cumpre ter em conta, por igual, que a solidariedade de interesses entre as nações nunca foi maior do que em nossos dias. Tudo leva a crer, por conseguinte, que a humanidade, hoje investida, como tem sido assinalado, de poder quase discricionário sobre a sua história, encontrará, para os seus problemas, soluções racionais e equitativas, que favoreçam, no seu conjunto, a comunidade internacional.

Declarou-se, profeticamente, no limiar de nossa era, que o homem se preparava para assumir o poder sobre a terra na sua totalidade. Esse poder só revestirá, porém, sentido superior se utilizado em proveito daquilo que é mais humano. A criação de riqueza, que é fruto do senhorio crescente do homem sobre a natureza, não atingirá, pois, o seu objetivo fundamental se a prosperidade não se refletir sobre os economicamente fracos, mediante justa e conveniente distribuição da renda nacional.

Problema dos mais complexos em qualquer sociedade, dadas as repercussões que as medidas tomadas com o objetivo de solucioná-lo podem acarretar, no quadro das atividades produtivas, arrostou-o o poder público, contudo, entre nós, com realismo e prudência, mobilizando os meios ao seu alcance para cumprir o imperativo que esse problema envolve.

As numerosas providências tomadas com esse fim se enquadram no largo conjunto de atos praticados pelo Governo na execução da política destinada a melhorar as condições de vida, por meio de mudanças e inovações impostas pela justiça social. Situa-se esse esforço no âmbito do programa global, que o regime se propôs, de modernizar rapidamente a sociedade brasileira. Essa tarefa modernizadora tem o seu centro de gravidade no empenho de proteger e amparar o indivíduo, não só porque este é o princípio e o fim da atividade estatal, mas também porque, pelo progresso de cada um, se aprimoram os recursos humanos de que a comunhão nacional necessita para realizar, com eficácia, em proveito de todos, os seus altos objetivos.

A complexidade crescente das relações sociais faz com que seja o poder público chamado a ampliar cada vez mais a sua esfera de atividade, a fim de atender a novas exigências da vida coletiva. Sendo o Governo, entretanto, simples expressão da sociedade, da qual é parte inseparável, a sua capacidade para realizar as prestações reclamadas pelo bem coletivo depende, não só dos recursos materiais, que a sociedade lhe proporciona, mas também, principalmente, como está no consenso geral, dos recursos humanos de que esta disponha.

Responsável maior, como Chefe do Governo, pela maneira como a administração federal cumpriu a sua missão, não só neste ano, mas ainda durante todo o quadriênio, em que exerci a Presidência da República, desejo creditar, à sociedade brasileira, pelo modo exemplar como se houve no desempenho do seu dever, parte inavaliável dos resultados conseguidos na promoção da prosperidade nacional.

Essa conjugação de esforços entre Governo e categorias sociais não há de faltar para que o Brasil continue a crescer e progredir, trazendo para o seu povo, no ano em cujos umbrais nos encontramos, o quinhão de felicidade que ardentemente lhe desejo.

Mensagem de Ano Novo, lida através de rede nacional de rádio e de televisão, diretamente do Palácio da Alvorada, a 31 de dezembro de 1973.

A RECUPERAÇÃO DO NORDESTE

"Pode-se mesmo dizer que a criação desse órgão federal (SUDENE) *representou, historicamente, o início da recuperação do Nordeste, cujo desenvolvimento gradual, mercê de trabalho árduo e penoso, se vem processando com firmeza, não obstante as dificuldades deparadas pelas condições naturais e sociológicas da região."*

ENTRE angustiado e inquieto, acompanhei sempre, juntamente com a família brasileira, o drama vivido pelas populações nordestinas, no seu esforço obstinado e corajoso para superar a aspereza do meio físico e as aflições da penúria. Segui, por isso mesmo, com ansiedade, através dos anos, as providências concebidas pelo poder público para proteger essas populações contra a inclemência da natureza. Assisti, ao longo do tempo, à repetida frustração das esperanças depositadas nas medidas de amparo aos que se entregam, nesta região, ao rude trabalho da terra.

As justas expectativas do Nordeste se reacenderam, no entanto, com mais fundado motivo, ao entreabrir-se a década de sessenta, quando, com aplauso generalizado, se instituiu a SUDENE. Incumbida de promover a redução do desequilíbrio físico, econômico e social, que inferiorizava, em face da região Centro-Sul, o território sob sua jurisdição, a SUDENE se entregou a essa tarefa com devotamento e eficácia, realizando, em prol do fortalecimento da economia regional, obra de irrecusável benemerência.

Pode-se mesmo dizer que a criação desse órgão federal representou, historicamente, o início da recuperação do Nordeste, cujo desenvolvimento gradual, mercê de trabalho árduo e penoso, se vem processando com firmeza, não obstante as dificul-

dades deparadas pelas condições naturais e sociológicas da região.

Por inspeção pessoal e direta, efetuada em 1970, nas zonas assoladas pela impiedosa calamidade que sobre elas se abateu, pude, no entanto, verificar quanto era frágil ainda a estrutura econômica e social da região nordestina, bem como avaliar, nas suas exatas proporções, a dimensão dos empreendimentos requeridos para tutelar as atividades produtivas de sua gente e melhorar as suas condições de vida.

Diante daquilo que me foi dado observar, diante do primitivismo, quer material, quer espiritual, do estilo de vida vigorante entre a legião dos seres humanos fustigados pela intempérie, concluí, no próprio local, que era imprescindível, urgentemente imprescindível, não só incrementar, maciçamente, o auxílio aos flagelados, como desencadear, também, a par dos já existentes, largo e diversificado conjunto de programas com o objetivo de precipitar o ritmo de redenção do Nordeste.

Deduzi, por igual, que a concentração de recursos, em grande abundância, na região nordestina, posto necessária e conveniente, não era bastante, por si só, para lhe soerguer a economia e diminuir-lhe a vulnerabilidade.

Inferi que a idéia capital consistia, pelo contrário, em não considerar o Nordeste em si mesmo, como todo isolado, sem articulação íntima, profunda e indispensável com o País na sua integralidade, nas suas conexões essenciais.

Pareceu-me, desse modo, que, sem prejuízo dos planos e programas específicos, de âmbito regional, outros programas e planos se deviam montar, dentro

de concepção mais ampla, que coloca a questão da área-problema dentro de contexto nacional. Dessa maneira, segundo os melhores princípios, afigurou-se-me que cumpria situar o problema nordestino, com evidente vantagem para o seu mais eficaz tratamento, na esfera mais compreensiva da integração nacional.

Todo o cabedal de recursos, que se pôde reunir, assim como todo o potencial de energia, intelectual ou física, que se conseguiu mobilizar, tudo isso foi posto, desde então, com rapidez, a serviço desses processos ou métodos de ação, sucedendo-se, coordenadamente, as iniciativas governamentais para resgatar o mundo nordestino do subdesenvolvimento e da pobreza.

Ainda ressoavam as palavras que pronunciara, em junho de 1970, perante o colégio deste órgão, quando se estabeleceu o Programa de Integração Nacional, que estava destinado a constituir, pelos gigantescos empreendimentos a que deu lugar, um dos mais transcendentes capítulos da nossa história administrativa e política.

Concebido em termos de grande amplitude, inspirado em imperativos de unidade e segurança nacional, esse Programa, além de proteger, no seu todo, os mais altos interesses do País, favorecia também, de modo especial, os interesses do Nordeste, para cujo desenvolvimento, na ordem econômica e social, rasgava novas e largas perspectivas.

Reservando-lhe recursos substanciais para prover à sua crescente industrialização, o Programa de Integração Nacional, pelo número, diversidade e natureza de seus objetivos, abriu novos caminhos às migrações regionais e interregionais, facilitou a

fixação do homem nas zonas mais indicadas para a agricultura, a pecuária e a indústria extrativa, bem como criou melhores condições para a circulação da riqueza.

O lançamento do PROTERRA, em julho de 1971, revestiu-se, a seu turno, de singular importância para a agricultura nordestina. Seus resultados, dentro em breve, contribuirão para transformar a fisionomia do Nordeste, concorrendo para que se desenvolvam, paralelamente, as atividades industriais e agrícolas.

Mediante política de investimentos e de crédito, que tem por objetivo fundamental melhorar a produtividade agrícola, o Nordeste adquirirá capacidade para competir no mercado interno e externo, ao mesmo tempo que formará base mais sólida, em termos de mercado consumidor, para manter e consolidar as inversões industriais que aqui estão sendo feitas.

O caráter humano e social do PROTERRA se manifesta, a toda a evidência, nas medidas que contempla a fim de facultar ao homem acesso mais fácil à terra, absorver a mão-de-obra excedente, melhorar as condições de trabalho. Estabelece ele, com tal propósito, os fundamentos para que se modifique a estrutura fundiária, para que se resolva o problema da baixa tecnologia agropastoril e para que se instituam novas e mais vantajosas oportunidades de emprego.

A redistribuição de terra está em andamento, por intermédio de inúmeros projetos de diversificação agrícola, que já começam a executar-se, particularmente na Zona da Mata, esta mesma Zona da Mata que hoje apresenta sinais de considerável vitalidade econômica, por obra da expansão e reorganização da economia do açúcar.

Cumpre se observe que as modificações introduzidas no sistema de incentivos fiscais, em meados de 1970, não acarretou qualquer prejuízo para o Nordeste, no tocante ao volume de recursos federais atribuídos à região. Não consideradas as reduções provocadas pelo Programa de Integração Nacional e pelo PROTERRA, os incentivos fiscais proporcionariam ao Nordeste, naquele ano, cerca de um bilhão trezentos e cinqüenta milhões de cruzeiros, a preços de 1973. Ora, o conjunto de programas especiais estabelecidos, desde então, deverá facultar-lhe, entre 1973 e 1974, a média de quatro bilhões setecentos e vinte milhões de cruzeiros, a preços de 1973.

Importa também registrar que nenhum prejuízo sofreu, ainda, em decorrência do Programação de Integração Nacional e do PROTERRA, o processo de industrialização do Nordeste. Não deduzidas as importâncias consignadas a esses Programas, os incentivos fiscais canalizariam para a região nordestina, desde 1970, cerca de oitocentos e sessenta milhões de cruzeiros anuais, a preços de 1973. Por via, entretanto, dos programas especiais já referidos, será destinada ao Nordeste, entre 1973 e 1974, a média anual de dois bilhões cento e sessenta milhões de cruzeiros, também a preços de 1973.

Nesse terreno, ou seja, o da industrialização, dois projetos, em pleno desdobramento na área federal, estão destinados a influir decisivamente na economia nordestina pelo que representam como obra de fortalecimento industrial da região: o pólo petroquímico da Bahia e a siderúrgica de Itaqui, no Maranhão.

No primeiro, que constituirá o maior e mais integrado conjunto petroquímico de que se tem notícia, estão sendo investidos seis bilhões de cruzeiros. A

sua unidade central, as três unidades de apoio e as vinte unidades petroquímicas, que lhe compõem o todo, exercerão, pelo seu efeito multiplicador, poderosa influência sobre toda a região, transformando-a em exportadora de produtos da mais alta densidade econômica e tecnológica para as demais regiões brasileiras, assim como para o exterior.

Menor não será o alcance do segundo, que aproveitará a imensa jazida de ferro da Serra dos Carajás para produzir até doze milhões de toneladas de aço por ano. Converter-se-á também essa empresa siderúrgica, cujo estudo de viabilidade se acha em curso, desde o ano passado, em fator de primeira grandeza para que a economia nordestina adquira o dinamismo e ritmo de modernização indispensáveis ao bem-estar do seu povo.

A política de transferência de renda para o Norte-Nordeste não possui similar no mundo, quer pelas suas dimensões, quer pela sua natureza e concepção.

Somente no período 1972-1974, os investimentos do Governo Federal, na Amazônia e no Nordeste, neles incluídos os incentivos fiscais, sobem a cerca de vinte e seis bilhões de cruzeiros, isto é, cerca de um bilhão e meio de dólares anuais.

Supera essa importância toda a ajuda proporcionada, em 1971 ou 1972, pelas organizações financeiras internacionais ao chamado mundo subdesenvolvido. A isso se acrescentam os recursos decorrentes dos atos genéricos de distribuição de renda às categorias sociais economicamente mais fracas, atos entre os quais se contam o Programa de Integração Social, o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, a elevação de proventos dos pensionistas da Previdência Social, a prestação gra-

tuita de medicamentos aos desprovidos de meios para adquiri-los, a assistência alimentar, particularmente por intermédio da Campanha Nacional de Alimentação Escolar.

Comprovam esses dados, na eloqüência da sua objetividade, que o atual Governo, fiel aos imperativos da sua filosofia social e honrando os compromissos assumidos com o Nordeste, não conheceu limites, quanto a esforço e sacrifício, na cruzada para romper, nesta área, tanto quanto nas demais, o chamado círculo vicioso da pobreza.

A resposta a esse cometimento se torna cada vez mais clara e categórica, podendo dizer-se, com realismo, que a reação da economia nordestina às medidas governamentais é altamente encorajadora. Nada mais expressivo, a esse respeito, do que o índice atingido pelo produto regional, que se elevou, em 1973, a treze e dois décimos por cento, superior, portanto, à média geral assinalada no Brasil.

Entre outros indicadores que testemunham o dinamismo da economia nordestina, assume particular relevo o concernente à média dos salários pagos pelo setor privado, nos últimos três anos, média pela qual se vê que os rendimentos do trabalho, nessa região, aumentaram no mesmo ritmo do acréscimo verificado no restante do País.

O mesmo realismo, que leva a asserir que o Nordeste começa a mudar, leva, no entanto, a que se consigne, também, a persistência de problemas extremamente sérios, em cuja solução é imperioso se empreguem todas as reservas de imaginação e energia, inaceitáveis, como ainda são, as proporções do desnível regional e as condições de vida reinantes, quer no campo, quer nas cidades.

Não seria de esperar, na verdade, que, em curto prazo, se pudesse, quase como por milagre, elevar a capacidade produtiva no setor urbano e rural, nem que se incorporassem, de um momento para outro, à sociedade de consumo, milhões de trabalhadores do campo, especialmente aqueles que mourejam na faixa semi-árida.

Exigia-se — isto sim — que o Governo, como agente de mudança e modernização, empregasse, tal como fez, todos os meios ao seu alcance para proporcionar ao Nordeste os elementos necessários ao seu progresso econômico e social.

A função governamental, por mais ativa, mais compreensiva e eficaz que possa ser, não prescinde, todavia, do dinamismo individual, da capacidade criadora dos componentes da sociedade. Da qualidade dos recursos humanos depende a plena consecução dos objetivos perseguidos pelo poder público. No desenvolvimento do homem, na confiança por ele adquirida na sua capacidade para se tornar o grande e essencial protagonista ou agente do progresso social, está, por isso mesmo, o centro de gravidade do crescimento econômico e do bem-estar da coletividade.

Sobre acreditar, firmemente, no ilimitado valor do homem comum, no imenso potencial de energia física e espiritual, que nele reside, à espera de condições propícias para se expandir, acredito, de modo especial, no homem nordestino, nas suas admiráveis virtudes, tantas vezes postas à prova em situações dramáticas, qual a que se desdobrou ante os meus olhos em 1970.

É na energia física e espiritual da gente desta terra; na sua determinação de jamais se dar por

vencida, quaisquer que sejam as circunstâncias; na sua permanente disposição de ignorar dificuldades ou obstáculos, sejam eles quais forem; no seu heroísmo tranqüilo diante da adversidade; no seu caráter generoso; na sua fortaleza moral; é, em suma, nesse complexo de qualidades do homem nordestino, justamente orgulhoso da sua identidade cultural, que reside, inabalável, a crença que alimento no futuro desta região, a certeza de que a obra comum aqui empreendida, por governantes e governados, garantirá ao povo nordestino melhoria crescente do seu nível de vida, seja pela continuidade do progresso econômico, seja pelo estabelecimento de relações sociais mais solidárias, mais justas, mais humanas.

Discurso do Presidente MÉDICI, lido perante reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da SUDENE, quando da inauguração do novo edifício-sede daquele órgão, em Recife, dia 28 de janeiro de 1974.

A JUSTIFICADA CONFIANÇA

"Em momento histórico extremamente complexo, quando a tônica, no quadro mundial, é a perplexidade e o sobressalto, em época na qual ganham corpo, em todos os horizontes, fatos ou fenômenos sociais, inéditos e complexos, está o Brasil, seguramente, entre as nações que, pela peculiaridade de suas condições físicas e geográficas, pelas virtudes de sua gente e pela capacidade revelada para encontrar, quanto aos seus problemas, econômicos, sociais ou políticos, as soluções mais condizentes com o interesse nacional, podem olhar para o futuro com justificada confiança."

Senhores Membros do Congresso Nacional:

No período governamental, prestes a findar, seguiram-se, na ordem econômico-financeira, os postulados estabelecidos, desde o primeiro momento, pela Revolução de Março, cujo objetivo fundamental, neste particular, consistia em acelerar o crescimento da economia. Conduzida com objetividade e firmeza, essa política entrou, desde logo, a transformar a fisionomia econômica do País, cuja prosperidade, entre 1969 e 1973, alcançou os maiores índices da nossa história.

Sem se afastar da melhor teoria, consagrada pela experiência internacional, fundou-se o modelo brasileiro de desenvolvimento na realidade nacional, nos meios e recursos da Nação, nas suas peculiaridades e condicionantes. Aumentou-se, diante disso, gradualmente, a taxa de investimentos públicos e privados, sem comprimir-se o consumo, isto é, sem ônus excessivo para a geração presente, dirigindo-se essas inversões para os setores mais dinâmicos da economia, onde maiores os efeitos multiplicadores e mais equitativa a distribuição dos resultados.

Para se alcançar e manter, no seu nível médio, de dez por cento nos últimos seis anos, a taxa de crescimento, coordenou-se a ação governamental, programando-se criteriosa e racionalmente os gastos

do setor público e mobilizando-se a iniciativa privada, em clima de confiança e otimismo. Desdobraram-se, além disso, os métodos de formação da poupança nacional, aperfeiçoando-se os sistemas de captação de recursos internos. Procedeu-se, igualmente, à abertura do País para o exterior, tanto para atrair inversões diretas ou financiamentos, quanto para expandir as exportações, a fim de se garantir o volume crescente de importações, bem como a regularidade do serviço da dívida externa.

Intensificou-se, concomitantemente, a política de combate à inflação, dados os graves problemas que esta suscita. Sobre desorganizar o trabalho, sobre lançar os empregados contra os empregadores, sobre gerar incerteza e desconfiança, sobre produzir toda a sorte de desequilíbrios financeiros, sobre comprometer a continuidade do desenvolvimento, a inflação desencoraja a poupança, desestimula as iniciativas produtivas, destorce os investimentos e favorece operações de cunho meramente especulativo.

Especial empenho se aplicou na busca do equilíbrio orçamentário, reduzindo-se, gradativamente, o *deficit* do Tesouro Nacional, que, em 1972, significou apenas dois décimos por cento do Produto Interno Bruto. O *deficit* orçamentário desapareceu, todavia, em 1973, por completo — fato não ocorrente havia mais de vinte e dois anos —, para dar lugar a *superavit* de cerca de duzentos e noventa e cinco milhões de cruzeiros.

O Tesouro Nacional que se constituíra, tradicionalmente, numa das maiores fontes de inflação, passou, bem ao revés, a suprir recursos às autoridades monetárias e, bem assim, a gerar meios pecuniários de caráter suplementar provenientes da colocação de

títulos públicos federais, contribuindo, assim, de modo ponderável, para reduzir as pressões inflacionárias.

Melhorou-se, por via da legislação fiscal, o sistema da correção monetária, propiciando-se meios para a formação da poupança do público por intermédio da rede financeira. Quanto às empresas, facultaram-se, mediante reavaliação dos valores contábeis, concernentes tanto ao ativo fixo, como ao capital de giro próprio, maiores possibilidades de capitalização por meio do reinvestimento de lucros.

Na década de 50, a taxa de formação bruta de capital fixo esteve entre treze e dezesseis e meio por cento. Nos últimos anos, entretanto, essa mesma taxa se elevou para cerca de vinte e dois por cento, dos quais aproximadamente dois por cento correspondem a recursos originários do exterior. Atingiram-se, por conseguinte, do ponto-de-vista quantitativo, as condições indispensáveis para assegurar crescimento acelerado e permanente, porque apoiado, de maneira fundamental, em recursos gerados dentro da própria economia nacional.

Condicionou-se o ingresso de capitais estrangeiros — de investimento direto — a prévia e rigorosa avaliação dos seus benefícios e sujeitaram-se os financiamentos obtidos no exterior a estrito processo de administração e controle pelo Banco Central. Dilataram-se, ainda, cuidadosa e convenientemente, os prazos da dívida externa, utilizando-se, para isso, entre outros meios, incentivos fiscais. Diminuiu-se, também, o custo dos empréstimos e multiplicou-se a capacidade de absorção dos recursos obtidos.

A dívida externa deixou de ser elemento aleatório para se converter em valioso instrumento de cooperação no esforço nacional, como parte inte-

grante e previamente programada da política econômica. Acordos tributários com outras nações, celebrados segundo nova diretriz, favoreceram a entrada de capitais, bem como a redução dos custos dos financiamentos e da tecnologia importada.

Equacionados os problemas quantitativos da formação de capital, cumpria, outrossim, com o mesmo grau de prioridade, buscar, para os investimentos, modos mais racionais e eficientes de emprego, com o objetivo de se utilizarem, sob rendimento máximo, as vocações naturais da economia brasileira, estimulando-se o aproveitamento dos fatores de produção mais abundantes, assim como de todo o potencial da capacidade industrial instalada. Conduziu essa orientação ao apoio, largo e decidido, dos projetos de expansão agrícola, industrial e de exportações.

A estratégia agrícola teve em mira não só a exportação, mas, de forma prioritária, o abastecimento do mercado, concentrando-se os esforços na melhoria da produtividade, ponto nevrálgico do desenvolvimento econômico, senão a sua própria essência.

A serviço da agricultura nacional se colocou, assim, a política de crédito, como a política fiscal. Reduziram-se impostos, outorgaram-se incentivos fiscais, dispensou-se assistência técnica, distribuiu-se crédito abundante em benefício da atividade agrícola. Juros foram subsidiados, quer para aumentar os investimentos no setor agropecuário, quer para incrementar o uso de fertilizantes, quer para estimular o emprego de sementes selecionadas, quer, enfim, para a aquisição de defensivos, de máquinas e equipamentos agrícolas. No último qüinqüênio, a compra de tratores para atividade agrícola cresceu cinco vezes, elevando-se o consumo de fertilizantes em mais

de trezentos por cento. O alívio da carga fiscal sobre o setor se manifestou, de modo principal, pela sensível rebaixa do Imposto de Circulação de Mercadorias e pela virtual eliminação do Imposto de Renda pelo período de dez anos.

A assistência financeira do Banco do Brasil à agricultura — assistência que representa hoje quarenta e cinco por cento de suas operações — monta, atualmente, em mais de treze bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros. Os empréstimos rurais do sistema bancário privado, nele incluídos os bancos estaduais, atingiram cifras de iguais proporções; aproximadamente dez bilhões de cruzeiros. Os repasses do Banco Central ao setor privado, somente para as atividades agropecuárias e agroindustriais, subiram, nos últimos quatro anos, de quinhentos e quarenta e quatro milhões para três bilhões e vinte e nove milhões de cruzeiros, representando acréscimo superior a quatrocentos e cinqüenta por cento.

Em decorrência dessa política, a nossa produção agrícola cresceu vinte e oito por cento no período de 1969 a 1972, a despeito da sensível redução das safras cafeeiras, já agora, no entanto, com perspectivas extremamente promissoras. Iguais perspectivas se abrem, de modo geral, no corrente ano, quanto ao conjunto das demais culturas agrícolas.

Para diminuir desequilíbrios regionais, concentraram-se esforços na execução de múltiplos e amplos programas, que estão destinados a mudar a face do Brasil. A ocupação de imensos espaços vazios implica a abertura de ilimitadas fronteiras econômicas, essenciais à consolidação do desenvolvimento nacional, pelo que significam em termos de criação de riqueza, alargamento do mercado interno de produção e con-

sumo, criação de novas frentes de trabalho e novas oportunidades de emprego, que minimizam os problemas da expansão demográfica e favorecem a geração de grandes excedentes de carne, de cereais, de frutas, de madeiras e de minerais, cuja colocação pode dizer-se assegurada no mercado externo, sequioso de alimentos e de matérias-primas essenciais.

Não se descurou, por igual, dos produtos tradicionais de exportação: ao mesmo tempo em que se encoraja, por todos os modos, a exportação de produtos manufaturados, procura-se, também, abrir todas as perspectivas para a exportação de produtos primários.

Não tem paralelo na história do Brasil a revolução que se operou, nos últimos anos, no campo das exportações, comparando-se os êxitos governamentais, a esse respeito, aos dos países de maiores e mais expressivos feitos nesse setor. Basta dizer que o aumento das exportações entre 1972 e 1973 — mais de dois bilhões e duzentos milhões de dólares — corresponde a quase o dobro da média das exportações totais do Brasil nos anos de 1958 a 1963.

Constituem as exportações, hoje, elemento estratégico de suma importância, porquanto mais grave talvez do que a crise de energia que agita o mundo seja o problema de escassez de alimentos e de matérias-primas naturais. Poderá o Brasil, entretanto, pela disponibilidade de recursos naturais, pela enorme reserva de terras agricultáveis, bem como pela abundância de mão-de-obra, colocar-se em posição privilegiada como nação supridora dos mercados internacionais. A política de exportações seguida pelo Brasil, nos últimos anos, criou a consciência dessa possibilidade, tanto mais real quanto é certo que, pelas

estruturas e meios instituídos, a economia brasileira já se acha em situação excepcionalmente vantajosa perante o mercado mundial.

No que diz respeito à política de exportação de produtos manufaturados, o que se realizou, tanto no setor fiscal, como no creditício, não encontra similar em nenhuma outra experiência internacional. Entre as medidas mais importantes tomadas para incremento desse tipo de comércio, cumpre mencionar: a simplificação burocrática; os incentivos fiscais, assim na área federal, como na estadual; as facilidades de crédito para a produção exportável e para a exportação propriamente dita; os programas de estímulo à instalação e expansão do parque industrial voltado para a exportação; a criação da Companhia Brasileira de Entrepostos e Comércio; a regulamentação das «trading companies» e a instalação de agências do Banco do Brasil nas praças mundiais. Importa destacar, a seu turno, como pedra angular dessa política, a instituição da taxa de câmbio flexível, inovação básica, de influência decisiva na abertura para a economia mundial e no aumento da produção interna.

Essas realizações, que fizeram as exportações brasileiras crescerem trinta e sete e meio por cento em 1972, e cinqüenta e cinco e meio por cento em 1973, constituem hoje a infra-estrutura em que se apoiarão as exportações brasileiras nos anos vindouros, garantindo, sem solução de continuidade, ao contrário do que ocorria no passado, a sustentação do desenvolvimento econômico.

Nesse quadro de prosperidade, até hoje inigualado, na crônica da nossa história econômica, assume o mais alto significado a ocorrência, no Brasil, pela primeira vez, da falta de mão-de-obra em todos os

níveis, fato social que gerou sensível elevação do salário real dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo em que se cuida, no campo da saúde, de estabelecer nova política sanitária, para elevar, mediante processos racionais e eficientes, o padrão de bem-estar físico, mental e social da nossa população, trata-se também de expandir e agilizar os serviços de erradicação das enfermidades transmissíveis e de combater as enfermidades crônicas, provendo-se, para isso, grande soma de recursos.

Com o objetivo de acudir às populações de menor renda, instituiu-se o programa de assistência farmacêutica, que proporciona medicamento gratuito ou a baixo preço a milhões de brasileiros. Com pouco mais de dois anos de funcionamento, esse serviço estende o seu campo de ação a mais de dois mil municípios de todas as regiões do País, pondo ao alcance dos órgãos oficiais da saúde o remédio que os doentes, sem isso, não poderiam obter.

Mais de nove milhões de pessoas se valeram, somente em 1973, da ajuda prestada por esse serviço em estreita cooperação com os Estados e Municípios. Computados os atendimentos feitos em 1972, quando, no mês de abril, se inaugurou esse serviço, sobe para doze milhões e trezentos mil o número de beneficiários. Em regime de harmonia e eficaz descentralização executiva, as Secretarias de Saúde e outros órgãos setoriais levam o medicamento ao beneficiário, segundo as normas para tanto estabelecidas.

Concorreu o programa de assistência farmacêutica para o desenvolvimento das atividades de imunização, suprindo-lhes a totalidade dos antígenos necessários. Mais de vinte e oito milhões de doses de vacinas se forneceram aos órgãos federais e esta-

duais de saúde, possibilitando o desenrolar das medidas de prevenção da tuberculose, do sarampo, da poliomielite, da raiva, da difteria, da coqueluche, do tétano e da febre amarela.

Os produtos farmacêuticos — medicamentos e vacinas — entregues à rede distribuidora, em 1973, alcançaram, a preços de custo, montante próximo de sessenta e um milhões de cruzeiros. Se esses medicamentos tivessem de ser adquiridos aos preços vigentes no mercado, custariam eles quase cinco vezes mais, isto é, cerca de trezentos milhões de cruzeiros.

Embora o programa farmacêutico se concentre, por enquanto, na distribuição de medicamentos essenciais, busca, ademais, desenvolver, particularmente no que toca à indústria farmacológica, a tecnologia nacional, para conquista da necessária autonomia quanto à produção, no País, dos elementos indispensáveis à composição dos medicamentos.

São promissores os resultados já assinalados nas pesquisas para a síntese e produção, entre nós, de matérias-primas essenciais, bem como no aperfeiçoamento de técnicas e processos para a fabricação de produtos farmacêuticos, atestando os êxitos já obtidos, não só a alta qualificação das equipes de pesquisadores e dos institutos especializados empenhados nessa tarefa, como, por igual, o acerto da orientação ditada pelo Governo.

Segundo o censo de 1970, somente cerca de vinte e seis milhões de pessoas residentes em cidades recebiam água encanada. Para suprir essa grave deficiência, está em operação amplo programa, do qual participam ativamente Estados e Municípios, com o objetivo de proporcionar, até o fim da década, água de boa qualidade a mais de quarenta milhões de

brasileiros e de elevar, assim, para sessenta e seis milhões o número dos usuários do serviço de água. Pelo que já se realizou, até agora, nesse setor, pode dizer-se que se acha plenamente assegurado o êxito desse empreendimento, no qual se investem recursos de grande vulto. Também de suma relevância, no que concerne à saúde, é a ampliação do abastecimento de água, bem como de outros benefícios sanitários, às áreas rurais, a fim de se prevenirem doenças oriundas da precariedade das condições de higiene e, bem assim, de elevar o nível sócio-econômico dos que vivem no meio rural. Para avaliar-se, com objetividade, o alcance social desse programa, nada melhor do que atentar para o fato de que numa capital, como é o caso de Manaus, a implantação do sistema de tratamento de água fez com que, num ano, a mortalidade infantil caísse em cerca de sessenta por cento.

O investimento governamental no campo educacional se elevou a níveis sem precedentes, figurando o Ministério da Educação e Cultura, no orçamento federal, de 1970 a 1974, com ressalva somente de um ano, como o mais bem dotado de todos os Ministérios. As dotações orçamentárias foram aumentadas, de ano para ano, em proporções substanciais, para que se pudesse converter em realidade a democratização do ensino e assegurar, não apenas nominalmente, mas de fato, o direito à educação.

Cumpria incorporar ao processo educacional, com a maior urgência, milhões de crianças, na faixa dos sete aos quatorze anos, bem como resgatar do analfabetismo quase dezoito milhões de brasileiros com mais de quinze anos de idade, ou seja, um terço da população adulta.

Andou-se nesse sentido com tal rapidez que, em curto prazo, mediante a operação escola, levada

a todos os céus do País, a taxa de escolarização, na faixa dos sete aos quatorze anos, passou de sessenta e seis para oitenta e um por cento.

Reduziu-se, por sua vez, drasticamente, o analfabetismo dos adultos, diminuído, pela primeira vez, na história brasileira, em números absolutos. Dos dezoito milhões de analfabetos com mais de quatorze anos, existentes em 1970, restam, no limiar de 1974, pouco mais de treze milhões. Alfabetizaram-se, em três anos, cinco milhões e trezentos mil brasileiros, caindo de trinta e três para vinte e dois por cento a percentagem de iletrados relativamente à população adulta. A prevalecer a tendência revelada de 1940 a 1970, chegar-se-ia ao ano de 1980 com vinte e oito por cento de analfabetos naquela faixa. Em vez disso, graças à ação governamental e à notável receptividade do povo brasileiro quanto ao trabalho desenvolvido pelo poder público, o percentual de analfabetismo caía, já em 1973, para vinte e dois por cento. Saiu-se, paralelamente, da posição incômoda de país que permanecia entre os poucos ainda com educação obrigatória dos sete aos onze anos de idade, pois que se duplicou a idade do ensino obrigatório, distendida dos sete aos quatorze anos. Reformou-se, simultaneamente, a estrutura da escola de primeiro e segundo graus, unindo-se, neste particular, à vanguarda das nações que, na UNESCO, transformam a velha escola, elitista e acadêmica, na atuante escola democrática e preparadora para a vida, sem quebra da formação humanista.

Inovou-se, por outro lado, o processo seletivo para ingresso no ciclo universitário, criou-se maior número de vagas, especialmente no campo das áreas prioritárias, quais as de saúde, de tecnologia, de formação do magistério superior e de segundo grau,

assim como se incrementou a interiorização das escolas.

A proporção de universitários, que era de 374 alunos para cem mil habitantes, disparou, em razão das providências governamentais, para mil alunos por cem mil habitantes. Haverá, por conseguinte, no princípio do presente ano letivo, mais de um milhão de estudantes nos bancos acadêmicos, o que traduz crescimento, sem igual no mundo, de mais de trinta e cinco por cento ao ano.

Ao imprimir amplitude e vigor, sem similar, à sua política educativa, ao incrementar quantitativamente, em grau que jamais se alcançara, a prestação do ensino, ao envidar o melhor dos seus esforços em lhe aperfeiçoar a qualidade, quis o Governo, sobretudo, tornar a escola o instrumento por excelência da parificação de oportunidades, princípio em que repousa, fundamentalmente, a democracia social. Quis, de acordo com esse ditame de justiça, não só criar condições para melhorar a distribuição de renda, como preparar os brasileiros para se adaptarem, dentro de um mundo cada vez mais sujeito às pressões da ciência e da tecnologia, às mudanças sociais, que constituem um dos traços característicos da nossa época.

No terreno habitacional, aperfeiçoou-se o plano da casa própria, conferindo-se-lhe maior amplitude, a fim de se fazer frente aos problemas derivados do crescimento urbano, que se processa com rapidez cada vez maior.

Particular atenção se dispensou à situação das famílias mais pobres, instituindo-se plano especial para oferecer casa própria às de renda regular entre um e três salários-mínimos, ao mesmo passo que se determinavam providências para encaminhar a solu-

ção do problema habitacional enfrentado por famílias com rendimento inferior a um salário-mínimo.

Em dez anos, a partir de 1973, o País precisará construir, para famílias com renda regular entre um e três salários-mínimos, pelo menos dois milhões de moradias. Este enorme objetivo, que implica o investimento, a preços atuais, de cerca de trinta e um bilhões de cruzeiros, somente em obras de construção civil, equivale, aproximadamente, a um terço do esforço que, durante a década, se terá de fazer para atender à procura de moradias.

A produção de dois milhões de casas, limitadas quanto ao custo por força do nível de renda das famílias a que se destinam, somente será possível se o trabalho comum já em andamento nos três níveis de Governo assumir nova dimensão.

Cerca de vinte por cento do total de famílias urbanas no Brasil não possuem, contudo, renda regular correspondente sequer a um salário-mínimo. Trata-se, na maioria dos casos, de famílias que se deslocam da zona rural para se incorporarem progressivamente à força de trabalho urbana.

Para tais famílias, ainda em trânsito social, não se poderia cogitar de programa definitivo de habitação. Não só lhes faltam condições para adquirir e pagar regularmente a casa própria, como lhes falta, também, a opção definitiva pelo local de moradia.

Como o campo tende a liberar mão-de-obra na proporção em que absorve mais capital, impõe-se que as cidades se preparem para receber grande número de famílias de baixo nível de renda e para promovê-las sanitária e socialmente, no prazo mais curto e aos menores custos possíveis.

Conduziu este estado de coisas a que se estimulassem dois tipos de experiências com o objetivo de fornecer abrigo a famílias com renda abaixo de um salário-mínimo ou às que não dispõem de renda regular, embora, esporadicamente, possam vir a perceber renda média acima daquele nível. Entre essas famílias se incluem as que, obtendo renda média superior a um salário-mínimo, encontram dificuldade de comprometer maior parcela de sua renda, por força do número elevado de dependentes menores.

O primeiro tipo de experiência consiste em apoiar os Governos de Estado e as Prefeituras Municipais para que preparem, nas grandes cidades, loteamentos dotados de infra-estrutura mínima indispensável, com requisitos de educação, saúde, comunicações, transporte e segurança.

O segundo tipo de experiência, em favor das famílias com renda regular igual ou superior a um salário-mínimo, visa à urbanização de áreas já ocupadas por essas famílias, respeitando-se, assim, a opção de moradia já feita, mesmo a título precário.

Os rigorosos estudos geológicos, geotécnicos, jurídicos e sócio-econômicos levados a cabo na zona de Alagados, na Bahia, onde vivem cerca de dezesseis mil famílias, permitirão urbanizar totalmente a zona e, na prática, implantar uma cidade de mais de oitenta mil habitantes.

Este primeiro grande projeto de urbanização justifica o cuidadoso acompanhamento sócio-econômico que se lhe dispensa no intuito de aperfeiçoar a experiência e tentar repeti-la em outras grandes cidades brasileiras, onde áreas urbanas bem localizadas, por força de processo espontâneo e muitas vezes predatório de ocupação, se transformaram em

favelas, impondo aos seus ocupantes condições higiênicas e educacionais absolutamente inaceitáveis.

Novos e largos horizontes se rasgaram no universo da assistência social, em razão de medidas governamentais, que se singularizam, quer pela originalidade, quer pela eficácia. Milhões de trabalhadores, assim do setor privado, como do setor público, assim da cidade como do campo, se erigiram em beneficiários de prestações estatais, que repercutirão profundamente em nossa ordem social.

No quadro dessas providências figura o Programa de Integração Social, que objetiva integrar o empregado na vida e no desenvolvimento das empresas, mediante participação cada vez maior nos resultados do progresso econômico. O Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, inspirado também em propósitos assistenciais e distributivistas, garante aos agentes da administração e aos integrantes das corporações militares proveitos análogos aos dos que exercem atividades, como empregados, na ordem privada.

Estão cadastrados, atualmente, como participantes do Fundo de Integração Social, cerca de onze milhões e quinhentos mil trabalhadores, montando em cerca de quatro bilhões de cruzeiros os recursos já arrecadados. Estima-se que, até 1975, esses recursos subirão à casa dos nove bilhões de cruzeiros, implicando outorga de quota média, por trabalhador, se acumulada, de oitocentos cruzeiros, aproximadamente.

Quanto ao servidor público, acham-se inscritos, até agora, no fundo que lhes corresponde, cerca de três milhões de participantes, elevando-se os recursos já recolhidos a cerca de três bilhões de cruzeiros. Prevê-se que tais recursos atingirão, até 1975, oito

bilhões de cruzeiros, com uma quota média, para cada participante, de dois mil e quatrocentos cruzeiros, mais ou menos.

Consideradas em conjunto as parcelas referentes a esses dois fundos, tem-se que sobe a quatorze milhões e quinhentos mil o número de empregados e servidores já cadastrados. Por sua vez, a receita arrecadada, que soma, por enquanto, sete bilhões de cruzeiros, deverá, dentro em pouco, isto é, em 1975, chegar a dezessete bilhões de cruzeiros. Mostram essas cifras, com suficiente clareza, o que, em futuro próximo, representarão esses dois programas, seja para os seus beneficiários, seja para o nosso sistema econômico-financeiro.

O Programa de Valorização do Trabalhador Rural, ou PRORURAL, procura, de outra parte, preencher grave e antiga omissão verificada no tocante ao operário do campo, até então inteiramente desprotegido sob o ponto de vista assistencial. Para mitigar o desequilíbrio entre as populações rurais e as populações urbanas, cumpria dar àquelas tratamento mais justo, ainda que desse ato resultasse para as últimas algum sacrifício. Se do campo, onde mourejam cerca de quinze milhões de brasileiros, provém o alimento da massa populacional do País, e se, na pauta de nossas exportações, os produtos agrícolas figuram com realce, não se compreendia, em verdade, que o homem do campo continuasse proscrito dentro de sua própria terra e não gozasse da proteção e do amparo dispensados aos demais trabalhadores.

As prestações assistenciais desse programa, entre as quais, aposentadoria, pensão, serviços médicos e odontológicos, acodem, nesta altura, a milhões de brasileiros. Somente no que concerne a aposentadorias, por idade ou por invalidez, bem como a pen-

sões *post-mortem*, o número de beneficiários, em menos de dois anos, já anda por mais de milhão e cem mil, número a que importa acrescentar o dos pescadores, também incluídos entre os usufrutuários do PRORURAL. Cumpre salientar que, de acordo com o regime jurídico estabelecido, o trabalhador rural ou o pescador aposentado é o único brasileiro que, por morte, deixa, em nosso sistema assistencial, pensão igual ao provento da aposentadoria.

Traço comum a esses três programas — o de Integração Social, o de Formação do Patrimônio do Servidor Público e o de Valorização do Trabalhador Rural, programas que beneficiam larga faixa da população brasileira —, é que as vantagens por eles dispensadas não se acham vinculadas a qualquer contraprestação de caráter financeiro, assim como, em grande parte, não está sujeita a contraprestação pecuniária a assistência farmacêutica dada a milhões de pessoas, por intermédio da Central de Medicamentos. Cumpre-se, por intermédio desses programas, inelutável imperativo de justiça distributiva, que se realiza, no caso, por meio de amplo e vigoroso processo pelo qual as classes economicamente mais frágeis acentuam a sua participação na renda nacional.

Na área assistencial, sucedeu, ainda, a extensão do regime previdenciário aos empregados domésticos, antes sem qualquer amparo social, já estando inscritos como segurados quase trezentos e cinqüenta mil prestadores desse tipo de trabalho. Ainda na mesma esfera, registrou-se a concessão, por intermédio dos sindicatos, entre outubro de 1969 e dezembro de 1973, de setecentas e treze mil quatrocentas e sessenta e três bolsas de estudo a trabalhadores sindicalizados e seus dependentes. Envolvem essas bolsas de estudo benefício da mais alta relevância, porquanto favore-

cem, de maneira decisiva, enorme contingente de trabalhadores, contribuindo para sua formação cultural ou profissional e para conseqüente elevação do seu *status* na comunidade a que pertencem.

Reforma introduzida na Lei Orgânica da Previdência Social elevou substancialmente os proventos de pensionistas e de aposentados. Não era possível, como se ressaltou, ao encaminhar o projeto desse ato legislativo, assistir, sem constrangimento, ao doloroso espetáculo de homens e mulheres, já avançados em idade, que recebiam menos de cinqüenta cruzeiros por mês, impondo-se, assim, dar-lhes tratamento melhor e mais humano. Diante disso, foram assegurados aos pensionistas ao menos sessenta por cento do salário-mínimo, e, aos aposentados, um percentual, que vai de setenta a noventa por cento do mesmo salário. Quer isso dizer, para dar um só exemplo, que um pensionista, com direito a cinqüenta cruzeiros mensais, passou a receber importância aproximada de cento e sessenta cruzeiros, vale dizer, mais do triplo do valor que anteriormente percebia.

Razões de natureza social inspiraram, outrossim, o delineamento da política de comunicações e de transportes.

No caso das regiões virgens — notadamente a região amazônica — os investimentos governamentais não se consideraram como aplicações específicas no setor das comunicações e dos transportes, mas como parte dos investimentos globais destinados a unir, de modo mais estreito, essa vasta porção do nosso território, econômica e socialmente, à comunidade nacional.

Iniciou-se em 1969, para romper o isolamento em que a região se encontrava, a implantação do Sistema

de Telecomunicações da Amazônia, integrado ao Sistema Nacional de Telecomunicações, que compreende onze mil e quinhentos quilômetros de microondas em visibilidade do Norte ao Sul do País a cinco mil e cem quilômetros em troncos de microondas em Tropodifusão, que atravessam toda a Região Amazônica. O sistema é usado igualmente para a televisão, telex, teletipo, processamento de dados, radiodifusão educativa e educação cívica, proteção ao vôo, meteorologia, climatologia, orientação agrícola e telegrafia. Em 1972 concluíram-se os últimos troncos principais do sistema, permitindo definitiva integração da área ao Sistema Nacional.

Presidiu, invariavelmente, à elaboração de projetos rodoviários relativos à Amazônia o intento superior de ocupar a região, preencher-lhe os vazios demográficos, utilizar neles parte da mão-de-obra excedente em outras áreas. Significativo plano de colonização acompanhou sempre, desse modo, a extensão da rede viária, com o fito de fixar o homem nesses espaços.

Estabeleceu-se, além disso, adequado sistema viário no concernente a outras regiões que, possuindo expressivo potencial econômico, tinham entravada a circulação da sua riqueza pela dificuldade de acesso aos centros consumidores. Abriram-se para essas regiões, assim, novos horizontes, condizentes com a vida moderna e com o interesse do País.

Prevaleceu esse mesmo propósito na concepção dos projetos relativos às regiões mais desenvolvidas, pois, na sua avaliação, não se tomaram em conta somente os benefícios econômicos proporcionados diretamente aos usuários das rodovias, mas as vantagens sociais logradas pelas populações das áreas

servidas pela expansão do sistema de transporte. Juntamente com o incentivo à criação e circulação da riqueza, o que se teve em mira, nas obras efetuadas nesse setor, foi colocar ao alcance de cada cidadão, e da comunidade em que a sua vida transcorre, os bens, materiais e culturais, que o progresso econômico e social pode oferecer.

Convocaram-se, pois, todas as energias, usaram-se todos os recursos, materiais e humanos, para fazer com que a revolução quantitativa, efetuada pelo crescimento da economia, se convertesse por igual em revolução qualitativa, expressa pelo desenvolvimento social. Aos esforços para promover o progresso econômico juntou-se o trabalho imaginativo e inovador, para melhorar a qualidade de vida, chegando-se, nesse duplo combate, aos limites do possível. Batalhou-se, em suma, arduamente, para modernizar, com rapidez, a sociedade brasileira, dentro do princípio de que a abundância só adquire sentido se colocada a serviço da justiça social, da melhoria das condições de vida, da expansão das qualidades humanas, da atenuação das disparidades individuais e regionais.

Em face das mudanças que inevitável e necessariamente acarreta, diante das expectativas que suscita, em razão das frustrações a que pode dar lugar, em conseqüência das desigualdades que, pelo seu próprio dinamismo, tendem, por vezes, a exasperar, o crescimento econômico se converte, não raro, em perigoso fator de instabilidade social e política. Entre nós, não se conheceu, porém, a intranqüilidade, que o processo desenvolvimentista, em regra, produz. Conjugando-se, adequadamente, a criação de riqueza com o progresso social, instaurou-se, no País, clima de ordem, de paz, de harmonia e de segurança, que faz a felicidade da nação brasileira.

Em momento histórico extremamente complexo, quando a tônica, no quadro mundial, é a perplexidade e o sobressalto, em época na qual ganham corpo, em todos os horizontes, fatos ou fenômenos sociais, inéditos e complexos, está o Brasil, seguramente, entre as nações que, pela peculiaridade de suas condições físicas e geográficas, pelas virtudes de sua gente e pela capacidade revelada para encontrar, quanto aos seus problemas, econômicos, sociais ou políticos, as soluções mais condizentes com o interesse nacional, podem olhar para o futuro com justificada confiança.

Na vontade política do povo brasileiro se tem apoiado, constante e firmemente, a autoridade em que se investiu o regime vigente para conferir unidade, eficiência e rapidez à tarefa de modernização de nossa sociedade, tarefa só exeqüível dentro do novo estilo que se imprimiu, desde março de 1964, à gestão do interesse coletivo.

Expressa em todas as esferas e setores da vida nacional, essa vontade se manifestou, sempre, com o maior relevo, por meio dos condutores políticos que, nesta preclara assembléia, se congregam em torno dos ideais perseguidos pelo Governo, ao qual não faltou, em nenhum momento, a solidariedade e a cooperação do órgão legislativo para a execução dos grandes planos e programas empreendidos em favor da comunidade brasileira.

Ao realçar, como ora faço, a cordialidade que presidiu, ao longo de todo o meu mandato, às relações entre Executivo e Legislativo, cumpro, ainda, o dever de prestar ao Egrégio Congresso Nacional maior reconhecimento pela inestimável solidariedade e ajuda com que essa ilustre corporação política me distinguiu, no exercício do cargo de Presidente da República.

Conto que o apoio a mim invariavelmente dispensado continue a ser deferido, com igual devoção e discernimento, ao meu ilustre sucessor, GENERAL ERNESTO GEISEL, a fim de que o novo Chefe do Poder Executivo, a ser empossado no dia 15 deste mês, encontre, na representação popular, o concurso de que há mister para levar a termo a grande obra administrativa, econômica, social e política, que, pelos seus raros predicados, intelectuais e cívicos, está fadado a realizar como Presidente do Quarto Governo da Revolução.

Mensagem remetida pelo Presidente MÉDICI ao Congresso Nacional, na abertura da sessão legislativa de 1974, a 1º de março.

O NASCIMENTO DO GOVERNO

"Neste instante, pois, em que se exaure o meu mandato, nasce por completo, na sua perspectiva temporal, o Governo que presidi, porquanto, aqui e agora, se encerra o ato derradeiro da missão que me foi incumbida. Nasce por inteiro exatamente no momento, para mim culminante, da transmissão do cargo de Presidente da República ao meu ilustre sucessor, General Ernesto Geisel."

Como ninguém governa só, volto o pensamento, nesta hora, para o alto colégio de estadistas e administradores, ilustres entre os mais ilustres, que em torno de mim se congregaram, como Ministros de Estado, durante o período em que tive a honra, que não procurei, mas que sumamente me desvanece, de ser, como Chefe do Governo, o primeiro servidor da Nação.

Pelo talento e pelo valor moral, pela inexcedível capacidade revelada no desempenho do seu ofício, pela incomparável energia e operosidade com que se devotaram ao exercício dos seus cargos, pela intransigente fidelidade aos deveres da relevante função, que lhes foi cometida, pela exata inteligência do interesse coletivo, pela abnegação e espírito público de que, em todos os momentos, deram o mais eloqüente dos exemplos — esses admiráveis homens públicos não somente conferiram lustre ao meu Governo, como, sobretudo, engrandeceram o Brasil.

Ao manifestar-lhes, em meu nome e em nome do País, a que tão fielmente serviram, o mais profundo reconhecimento, não esquece a minha gratidão aqueles que, junto a mim, no Palácio do Planalto, viveram com dedicação, austeridade, finura e lucidez, o dia-a-dia do Governo, com o qual, em clima de inalterável cordialidade, se mantiveram sempre, quer

nos propósitos, quer no comportamento, completamente identificados.

Às Forças Armadas desejo render, também, imperativa e justa homenagem pela maneira eficaz, patriótica e desprendida como se houveram no desempenho da sua missão constitucional. Seja pela garantia prestada aos poderes constituídos, à lei e à ordem, seja pela participação direta e vigorosa em programas administrativos da maior transcendência, as corporações militares, fiéis à sua vocação, contribuíram, de forma decisiva, para a segurança, desenvolvimento e tranqüilidade que imperam no País.

Nesta comovida expressão de agradecimento, envolvo, ainda, todos os agentes da Administração, dos primeiros aos mais altos degraus da hierarquia, porquanto, a todo o tempo e em todo o lugar, os servidores públicos acudiram, modelarmente, com presteza e proficiência, ao chamado para o cumprimento das missões, planos e programas governamentais.

À grande e generosa família nacional, nobre e compreensiva, ativa e valorosa, entusiasta e empreendedora, quero, mais uma vez, creditar parte capital do merecimento pela obra realizada em comum, por governantes e governados, durante o período presidencial que hoje termina. Não fossem, na realidade, os recursos humanos com que contamos, recursos em que reside o que de mais precioso possui o Brasil, recursos cuja qualidade está em pleno desenvolvimento, não se teriam alcançado, nas condições que a história administrativa assinala, os objetivos que comandaram, nestes últimos anos, a ação do poder público.

Cada país, pela singularidade dos traços que lhe desenham a fisionomia, é um ser político distinto

e inconfundível. Cumpre, pois, à sociedade política buscar para os seus problemas, no exercício do direito de autodeterminação, as soluções indicadas pelo seu peculiar interesse, assim no plano econômico, como na órbita social, assim no terreno cultural, como na esfera política.

A cada povo se reconhece, por isso mesmo, dentro da tradição e da cultura ocidentais, o arbítrio de trilhar, sob o império da vontade social preponderante, os próprios caminhos para prover, à sua maneira e em obediência aos valores que lhe plasmam a individualidade, ao bem-estar e à felicidade coletiva.

Dessa prerrogativa se utiliza, superiormente, com imaginação e espírito criador, o regime vigente para fazer com que predomine a sua concepção do bem comum, alicerçada na prosperidade, na justiça social, na modernização da sociedade, na quebra do círculo vicioso do subdesenvolvimento humano, na ordem, na segurança, na unidade e na coesão nacional.

Do homem se diz, com profundidade não estreme de paradoxo, que somente nasce de modo completo quando morre. Isto porque é morrendo que o ser humano acaba de se realizar, fixando, de forma definitiva, a sua feição existencial. Dos governos, semelhantemente, se pode dizer que nascem por completo quando terminam, porque é terminando que assumem, por igual, a sua feição definitiva.

Neste instante, pois, em que se exaure o meu mandato, nasce por completo, na sua perspectiva temporal, o Governo que presidi, porquanto, aqui e agora, se encerra o ato derradeiro da missão que

me foi incumbida. Nasce por inteiro exatamente no momento, para mim culminante, da transmissão do cargo de Presidente da República ao meu ilustre sucessor, General Ernesto Geisel.

Rico de significado, o fato histórico que ora se desdobra constitui reafirmação solene e incontestável do caráter impessoal do regime e de sua fidelidade aos princípios que lhe regem o funcionamento. Reflete este ato, de um lado, a plena estabilidade reinante no País — estabilidade em que se funda o seu excepcional progresso sócio-econômico — bem como traduz, de outra parte, o apoio maciço do povo brasileiro à filosofia social e política da ordem revolucionária.

Escolhido, em pleito livre e democrático, sob clima de absoluta tranqüilidade, pelo sufrágio da imensa maioria dos representantes do povo brasileiro, para guardião supremo dos ideais da Revolução de Março, o novo Chefe do Governo possui todas as condições para desincumbir-se, cabalmente, da missão que, em boa hora, debaixo do consenso geral da Nação, lhe foi atribuída.

Na fidelidade do Presidente Ernesto Geisel aos valores que informaram a decisão política de 31 de Março, no seu porte de estadista, no seu profundo conhecimento dos problemas nacionais, na sua envergadura ética e intelectual, na pureza dos seus princípios e na intransigência com que os observa, nas suas qualidades de administrador e nas suas virtudes de homem de ação, em tudo isso se funda a justificada simpatia e confiança com que o Brasil recebe a sua investidura na Chefia do Governo.

Animado dessa mesma confiança e dessa mesma simpatia é que lhe transmito, de coração aberto e

pleno de otimismo, o cargo de Presidente da República, em cujo exercício saberá manter o Brasil no rumo da grandeza a que está destinado. Saberá, sobretudo, o General Ernesto Geisel, na Magistratura Suprema da Nação, com a sua peculiar acuidade, patriotismo e prudência, não só prosseguir e consolidar os objetivos estabelecidos, como também criar objetivos novos, já que, no governo dos povos, como é curial, não há objetivos definitivos e invariáveis. Saberá, dessa maneira, enfrentar os problemas suscitados por fatos sociais essencialmente novos, resultantes da velocidade com que, em nossa época — já denominada, com propriedade, de segundo Século XX — evolui a comunidade humana. Saberá, em suma, realizar, em benefício do País, tudo o que for requerido pela felicidade do seu povo.

Senhor Presidente Ernesto Geisel: que Deus proteja Vossa Excelência e o seu Governo.

Discurso do Presidente MÉDICI, durante a solenidade de transmissão do poder, no Palácio do Planalto, a 15 de março de 1974.

SUMÁRIO

	Págs.
A compreensão do povo	7
Um Brasil diferente	21
A História vai dizer	27
Solidariedade de interesses	33
A recuperação do Nordeste	47
A justificada confiança	61
O nascimento do Governo	87

Este livro foi composto e impresso no Departamento de Imprensa Nacional, em março de 1974, para a Secretaria de Imprensa da Presidência da República